

NOS E A CRISE CLIMÁTICA O QUE FAZER?

Como é que a transição energética sobrevive a uma guerra?



Conflito na Ucrânia dificulta o caminho

A urgência da transição energética terá pela frente crises inesperadas que tornarão as políticas mais inconstantes



O problema

Sérgio Anibal e Ana Brito

Na balança entre custos económicos imediatos e custos ambientais severos no futuro, o mundo parece cada vez mais convencido da urgência de transição energética que consiga travar o processo de alterações climáticas actual. Porém, crises como a da guerra na Ucrânia – com repentinas variações de preços e mudanças drásticas na forma como os países avaliam as suas dependências – prometem tornar mais inconstante o rumo das políticas a seguir, com avanços, recuos e adaptações à medida das novas realidades no curto prazo.

A prazo, o caminho a seguir, como confirmam os economistas do ambiente contactados pelo PÚBLICO, parece só poder ser um. Para cumprir as metas de descarbonização que permitam travar o ritmo de aquecimento do planeta, é preciso substituir fontes de energia baseadas em fósseis por fontes de energia renováveis. Uma tarefa difícil, tendo em conta

que, actualmente, no mundo, a energia proveniente de fósseis representa ainda 85% do total, as energias nuclear e hídrica se ficam pelos 11% e as energias provenientes do vento e do sol atingem apenas os 4%.

Uma mudança das actuais fontes de energia dominantes para outras é um processo que não só exige bastante investimento, como acarreta perdas para alguns sectores que têm de ser geridos no curto e médio prazo. De acordo com um relatório publicado em Janeiro deste ano pela consultora McKinsey, para concretizar, até 2050, uma transição que ponha as emissões globais líquidas de carbono a zero, será necessário realizar um investimento total em activos de 275 biliões de dólares. Assim, em vez do investimento anual de 5,7 biliões actual, a média anual terá de ser de 9,2 biliões, e uma parte substancial do investimento tem de ser feita na fase inicial da transição.

E, mesmo assim, alerta o mesmo relatório, existe o risco, “caso seja mal gerida”, de a transição “aumentar os preços da energia, com implicações especialmente para as famílias e regiões de menores rendimentos” e de ter “impactos negativos na evolução geral da economia”, sendo

sentida “de forma desigual entre sectores, geografias e comunidades”.

Ao mesmo tempo, contudo, não só a transição “pode trazer oportunidades em muitos sectores e geografias”, como é a forma de evitar custos maiores resultantes dos efeitos de um cenário incontrolado de alterações climáticas no planeta.

“Não tem necessariamente de haver nesta questão um confronto entre economia e ambiente, não tem de haver um *trade off*. Esse é tipicamente o argumento para não se avançar na melhoria do ambiente, mas há vários trabalhos que mostram que é possível conciliar as duas questões”, afirma Luís Cruz, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O economista do ambiente assinala, no entanto, que o problema que se põe “tem que ver com o prazo em que a transição tem de ser feita e com a escala da alteração”. “A emergência climática diz-nos que temos de mudar hoje, mas mudar tudo de um momento para o outro não é possível. Quando nos questionamos se é possível abdicar do petróleo e do carvão, percebemos que, por um lado, a tecnologia e o preço de baterias e acumuladores ainda não →

estão num ponto que nos permita a segurança de abastecimento. Sabemos que a tecnologia está a evoluir a um nível muito elevado, mas ainda estamos muito longe do armazenamento em grande escala que é preciso. E, portanto, esta transição para as renováveis é possível, mas tem de contar com o apoio do gás natural”, afirma Luís Cruz.

Catarina Roseta-Palma, directora da Sustentabilidade no ISCTE, também reconhece que “existe um custo de transformação do sistema”. “As renováveis têm os seus desafios. É preciso melhorar as redes de electricidade, já que não há sempre sol, vento e água, e é preciso fazer uma gestão da procura”, diz, assinalando também que “há custos mais elevados na indústria pesada”. “Por exemplo, para as cimenteiras é muito difícil fazer o que fazem sem energia fóssil. Mas eles têm de pagar as emissões que realizam. É muito importante todos pagarmos pelos custos que estamos a produzir, quando emitimos carbono”, afirma. E traça um paralelo entre o custo da energia e o custo da mão-de-obra. “Não se pode pretender uma economia em que a energia é barata, porque há um custo subjacente a isso, assim como também não é desejável uma economia com uma mão-de-obra barata”, explica.

Portugal, no estudo publicado pela McKinsey, surge inserido no grupo de países que enfrentam um custo de transição relativamente menor, nomeadamente pelo facto de não ser produtor de petróleo e de não ter um peso grande da indústria na economia. Ainda assim, assinala Antonieta Cunha e Sá, coordenadora do Environmental Economics Knowledge Center da Nova SBE, o país tem pela frente um “desafio complicado”.

“Temos uma percentagem relativamente grande de renováveis, mas vamos ter de dobrar a capacidade que temos. E é preciso ter em atenção que a energia solar é altamente intensiva no uso da terra e muito concentrada em algumas regiões. Há impactos na paisagem, na herança cultural, e isso é importante para um país que quer ter o turismo como uma das suas actividades principais. Tudo isto tem de ser contabilizado”, explica.

Luís Cruz, por seu lado, está mais confiante de que Portugal possa estar “numa posição privilegiada para beneficiar desta transformação”. “Por um lado, acredito que as renováveis nos vão assegurar maior segurança nos abastecimentos. É verdade que as secas constituem um problema, mas, como se verifica agora, as questões geopolíticas podem ainda ser mais problemáticas. E estou optimista de que o investimento nas renováveis pode estimular a economia local, tendo vindo já a criar emprego e rendimento adicionais em locais do país mais deprimidos.”

E para os que saem a perder, principalmente no curto prazo, como garantir que os danos são minimizados? Antonieta Cunha e Sá diz que a melhor opção é “usar as receitas que estão a ser obtidas no mercado de carbono e leilões para poder apoiar aqueles que precisam”. Já em relação à possibilidade de baixar os impostos para aliviar a factura energética, a resposta é negativa: “Se queremos realmente desincentivar o uso de energias poluentes...”

Também Catarina Roseta-Palma diz que subsidiar preços ou baixar impostos “é a pior política possível”.

“Em Portugal, tentou-se fazer descontos através de um tarifário social e isso é menos danoso. Pode-se tentar minimizar os custos, mas sem interferir nos mercados”, sugere. Assinala que, “nas empresas, faz sentido apoiar o investimento em Investigação & Desenvolvimento, que ajude as empresas a serem mais eficientes. No cimento, fala-se de cimento verde, em que se captura o carbono no próprio cimento.”

Luís Cruz também afirma que a subsídio e a redução dos impostos “não é certamente uma boa ideia. “Se utilizarmos esses impostos para fazer esta transição, os impostos são bem-vindos. Estaremos a usar esses fundos para a correcção de uma externalidade negativa. O que é importante é que o imposto não seja para tapar outros buracos”, realça.

O impacto da guerra

A baralhar as estratégias e os planos delineados para o longo prazo vão estar, contudo, sempre os acontecimentos do curto prazo. E o exemplo actual, trazido pela guerra na Ucrânia, mostra claramente como é muito provável que se venha a assistir, no processo de transição energética, a vários momentos de travagem ou aceleração, conforme as circunstâncias do momento.

As consequências do actual conflito são, elas mesmas, ainda difíceis de prever. Numa análise publicada



Não tem necessariamente de haver um confronto entre economia e ambiente, não tem de haver um trade off

Luís Cruz
Universidade de Coimbra

esta semana sobre o impacto da guerra no petróleo e no gás natural, três analistas da gestora de activos Schroders defendem que “os acontecimentos na Ucrânia apenas irão acelerar a transição energética”, já que “a independência energética através de fontes baratas e sustentáveis vai estar na linha da frente de todos os decisores políticos a partir de agora”. Esta ideia parece ser confirmada pelas declarações dos dirigentes políticos.

Josep Borrell, alto-representante para a Política Externa e de Segurança da União Europeia (UE), disse, por exemplo, que a redução da dependência europeia do gás natural russo deixou de ser apenas uma etapa do processo de transição ecológica em curso e passou a ser uma “política existencial” para a UE.

A que mudanças é que vamos assistir no curto prazo é que não é claro. “Temos de reduzir a dependência, mas ainda não há a tecnologia necessária para reduzir de imediato a dependência”, assinala Antonieta Cunha e Sá, defendendo que, no actual cenário, “o gás natural é o gás de transição”. Lembra, todavia, que “recentemente o que aconteceu foi que o preço do gás natural subiu e alguns países começaram a usar outra vez o carvão”.

Luís Cruz diz que “na transição para as renováveis o apoio do gás natural é imprescindível”, mas alerta para o facto de a crise na Ucrânia tornar isto “mais difícil”, já que “o carvão pode voltar a estar a preços muito competitivos”.

Uma análise publicada pelo *think tank* Bruegel sobre a forma como a UE pode resistir mesmo a cenários drásticos, como o do fecho das torneiras do gás natural vindo Rússia, traça um cenário menos pessimista. Nessa circunstância, calculam os autores, a Europa teria de aumentar o máximo possível as importações não russas e garantir uma redução da procura entre 10% e 15% (algo que se estima que seja possível), mas conseguiria atravessar o Inverno e garantir no Verão uma recuperação das reservas que a deixassem a salvo da dependência face à Rússia.

Sejam quais foram os efeitos de este e outros acontecimentos de curto prazo no processo de transição energética, uma lição, contudo, retira-se de mais esta crise. É importante para os países, e em particular para Portugal, saber não tomar as decisões “apenas em cima da hora”, alerta Antonieta Cunha e Sá.

“Temos de conseguir internalizar os custos que todas as decisões têm, temos de estimar os custos e benefícios. Mesmo a transição que já foi feita não estimámos os custos e benefícios. Há muita investigação que pode ser feita e que sirva à decisão política para não se tomarem decisões em cima da hora. Quanto mais pudermos antecipar, mas fácil será a transição”, afirma.

Invasão russa alimenta apetite francês pelo nuclear



Zoom

Ana Brito

Com a promessa do “renascimento do nuclear francês”, Macron quer manter os preços energéticos sob controlo

Depois da vitória com a inclusão do nuclear na classificação europeia de investimentos que contribuem para a descarbonização (o chamado “regulamento taxonomia”), França ganhou com a guerra na Ucrânia mais argumentos para solidificar o peso desta indústria no seu cabaz de geração eléctrica, que hoje representa 70% da electricidade produzida, em 56 reactores, correspondentes a 18 centrais espalhadas no “hexágono”, com uma capacidade de 61,4 gigawatts (GW).

Há três semanas, já em modo de pré-campanha para a reeleição como Presidente de França, e indiferente às críticas de outros Estados-membros e ao debate em torno da segurança do nuclear, Emmanuel Macron proclamou o “renascimento do nuclear francês”, com a construção de 14 reactores de nova geração até 2050 e prolongamento da vida útil daqueles em que isso seja viável.

As justificações de Macron, de

que o nuclear é essencial para manter os preços “dentro do razoável” e para “garantir a independência energética” da nação, parecem sair reforçados, aos olhos dos defensores do nuclear, com a necessidade de quebrar a dependência europeia da Rússia e a convicção de que os preços energéticos dos produtos importados, como o gás (que também foi classificado por Bruxelas como energia de transição) e o petróleo, não vão abrandar enquanto persistir a ofensiva militar na Ucrânia. França quer uma energia barata, que contribua para a competitividade da sua indústria, que quase não liberte emissões de CO2 e que não põe em causa as metas de atingir a neutralidade carbónica até 2050.

De acordo com os dados de 2020 do Ministério francês da Transição Energética, 40% da energia primária consumida em França (num total de 2571 terawatts hora) foi de origem nuclear, à frente dos 28,1% e 15,8% que representaram o petróleo e o gás natural, respectivamente.

As energias renováveis e a biomassa abasteceram apenas 14% do consumo e o carvão correspondeu a 2%.

Perante os actuais preços do petróleo e do gás, e ainda que a aposta nas energias renováveis possa acelerar-se, França não prescindirá do nuclear, que também exporta para os países vizinhos, e que tem tentado proteger a todo o custo da

JULIEN WARNAND/IEPA



competição das renováveis, com um travão ao reforço das interligações energéticas da Península Ibérica.

Tema diferente é saber se, ao fim de vários anos de declarações sem consequência, a Europa conseguirá finalmente forçar Paris a investir no reforço das auto-estradas energéticas (de electricidade e de gás natural) nas fronteiras com Espanha não só para quebrar o isolamento ibérico, mas também para diversificar as proveniências e rotas dos fluxos energéticos europeus. Se o nuclear é indiscutível em França, a Alemanha (que sob a liderança de Angela Merkel, declarou o fim desta indústria depois da catástrofe de Fukushima e aprofundou os laços energéticos com a Rússia, viabilizando a construção do gasoduto Nord Stream 2) mantém as opções em aberto.

Isso inclui avaliar se o desligamento iminente das centrais nucleares irá mesmo acontecer, perante a possibilidade de se fecharem as torneiras do gás natural russo (de que o país é o maior importador europeu) e a necessidade de manter as alemãs quentes e a economia a funcionar

(em 2020, a dependência de importações energéticas na Alemanha rondou os 64%, comparáveis com os 44% em França).

O vice-chanceler Robert Habeck, do partido ecologista alemão, que tem a pasta dos Assuntos Económicos e da Protecção Climática, admitiu já que “dar resposta a essa questão é uma das competências” do seu ministério, embora um “exame inicial” pareça indicar que “a energia nuclear não será grande ajuda para o Inverno 2022/2023”.

Certo para já é o abrandamento do programa de fecho das centrais a carvão. “O pragmatismo deve sobrepôr-se a qualquer compromisso político”, disse o ministro Habeck aos microfones da rádio pública Deutschlandfunk.

Segundo a plataforma especializada em assuntos europeus Euractiv, o vice-chanceler alemão, do partido os Verdes, garantiu que o país quer constituir até ao final deste ano “uma reserva estratégica de carvão e gás”.

A Alemanha anunciou já uma encomenda de gás natural liquefeito (não proveniente da Rússia) no valor de 1,5 mil milhões de euros.

NOS É A CRISE CLIMÁTICA

Edição especial
32.º aniversário

Directora convidada **Catarina Mota**

O QUE FAZER?

Como é que a transição **energética** sobrevive a uma guerra?

Porque é que não apostamos na **dessalinização**?

Quantos **activistas** estão a braços com a justiça em Portugal?

Qual o impacto do uso que damos aos **electrodomésticos**?

Se fôssemos todos **vegetarianos**, seria bom para o planeta?

Lítio ou turismo, o que vale mais numa decisão **política**?

Os **supermercados** estão mais amigos do ambiente?

As câmaras estão a fazer alguma coisa para travar o **aquecimento** global?

A **crise** climática está a derrotar o desporto?

A cultura alerta ou transforma mesmo o meio **ambiente**?

A cada pergunta, uma resposta. Ler, pensar e agir mais